

12. DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO COMO COMPLEMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Jenete Monteiro Fernandes (Esp.)¹

RESUMO

A questão da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em todas as suas modalidades é preocupante por tratar-se de um fenômeno encontrado em expansão em todo o mundo e, especialmente, considerando-se que as vítimas são pessoas em processo de desenvolvimento biopsicossocial e espiritual. Os danos causados às crianças e adolescentes são inúmeros e, muitas vezes, permanecem ao longo da vida, mas, além destas, também a sociedade se vê agredida em um de seus maiores valores: a profanação da inocência de suas crianças. A dificuldade da sanção através da legislação penal específica tem contribuído para a impunidade dos infratores, o que leva muitas vezes a coletividade a nutrir um sentimento de descrença no poder público. Além da responsabilização criminal do infrator, sua responsabilização por dano moral coletivo perante a Justiça do Trabalho constitui um elemento a mais para desestimular a prática, e amenizar os efeitos deletérios dela decorrentes.

Palavras-chaves: Crianças e adolescentes. Exploração sexual comercial. Dano moral coletivo.

INTRODUÇÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno que ocorre em esfera mundial e que tem mobilizado organizações não-governamentais, governamentais e diversos setores da sociedade de vários países, no sentido de serem discutidos encaminhamentos para combater essa prática que tem vitimizado milhares de seres humanos.

É um grave atentado aos direitos das crianças e dos adolescentes. Ela é caracterizada pelo uso de crianças ou adolescentes, seja com o fim de manter relações sexuais com adultos, seja utilizando-os para a produção de materiais pornográficos, como revistas, fotografias, filmes, vídeos e sites da Internet, sendo uma realidade tanto nos grandes centros urbanos como em pequenas

¹Endereço para contato: Praça Tiradentes, 97, Torre, João Pessoa/PB, 58040-160
fone (83)88040623 – jenetempf@hotmail.com
Instituição: Ministério Público do Trabalho

idades. O fenômeno adquire contornos diversos e conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto, para dar prazer ao adulto.

O I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes realizado em Estocolmo em 1996 definiu que exploração sexual comercial é o abuso sexual cometido por adulto com remuneração à criança e ao adolescente, onde estes são tratados como objeto sexual, uma mercadoria, constituindo uma das piores *violações dos direitos humanos*, e sendo identificada por muitos órgãos nacionais e internacionais como uma *forma moderna de escravidão*. O Congresso classificou a exploração sexual comercial em quatro modalidades: tráfico para fins sexuais, prostituição, turismo sexual e pornografia.

O mercado do sexo é formado por redes, organizações, agentes de exploração do corpo para se obter lucro ou dinheiro sob diferentes formas: compra e venda de crianças, leilões de virgindade, pornoturismo, bordéis, tráfico, pornografia. Usam-se hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, Internet, “agentes da noite”, centros de diversão, comércio de saunas e massagens, pontos de bares e restaurantes, funcionários de empresas, policiais. As redes envolvem grupos de aficionados ou viciados, de pedófilos, não raro de altas camadas sociais (FALEIROS, V., 1998).

A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho classifica a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das piores formas de trabalho infantil.

Dados divulgados no II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Yokohama, em 2001, revelam que, a cada ano, um milhão de crianças e adolescentes são explorados sexualmente ao redor do mundo, e, anualmente, cem mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil. Estudos sobre o tema indicam que, além da inserção feminina no mercado sexual, há a masculina. Também foi evidenciado o aumento da inserção nessas atividades de crianças e adolescentes das classes média e popular. Existem variações na faixa etária, mas as idades entre 12 e 18 anos são as mais comuns. A maioria é afro-descendente e migra internamente ou é enviada para fora do país (PESTRAF, 2002).

Também na internet, principal meio de comunicação da vida moderna, a exploração sexual de crianças e adolescentes encontra a sua disseminação. Desenvolvida durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia política, econômica e militar, inicialmente com a idéia de criar uma rede de comunicação entre as bases militares que não pudesse ser destruída. A partir da década de 1990, passou a ser utilizada por instituições educacionais e de pesquisa, empresas, organizações e indivíduos.

Com o crescimento do número de usuários, surgiram graves problemas relacionados ao uso indevido para a prática de crimes e violações contra os Direitos Humanos, como o aliciamento,

produção e difusão em larga escala da pornografia, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, homofobia, entre outros considerados crimes cibernéticos atentatórios aos Direitos Humanos presentes na rede.

A SAFERNET Brasil, Central Nacional de denúncias contra crimes cibernéticos, atua na América Latina e Caribe, recebendo denúncias envolvendo páginas contendo evidências dos crimes cibernéticos, neles incluídos a exploração sexual de crianças e adolescentes, nas suas diversas modalidades. No período de 1º de setembro de 2010 a 1º de outubro de 2010, por exemplo, foram 2.222 denúncias de pornografia infantil.

Segundo o site da SAFERNET Brasil, o uso da Internet no Brasil já atingiu mais de 68 milhões de usuários, dos quais parcela significativa tem entre 2 e 17 anos de idade. A utilização da Internet foi rapidamente incorporada aos hábitos dos brasileiros configurando uma nova geração, habituada ao uso constante e prolongado de diferentes tecnologias de comunicação desde a tenra infância, oferecendo ricas oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, de comunicação e socialização para nossas crianças e jovens, devendo seu uso ser estimulado, mas, como outros espaços públicos, a Internet requer cuidados, principalmente para proteger crianças e adolescentes dos riscos advindos de seu uso.

A pornografia infantil, uma das modalidades da exploração sexual de crianças e adolescentes, pode ser definida como a produção, utilização, exibição, comercialização de material (fotos, vídeos, desenhos) com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes ou imagens das partes genitais destas, com fins sexuais (CHILDHOOD, 2006), é todo material áudio-visual utilizando crianças num contexto sexual (LEAL, 1999).

A pedofilia é muitas vezes utilizada pela mídia e até mesmo por algumas instituições como sinônimo de pornografia mas, segundo o dicionário Aurélio, a pedofilia consiste na *“parafilia representada por desejo forte e repetido de práticas sexuais e de fantasias sexuais com crianças pré-púberes”*. É um desvio da sexualidade que leva um indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído de modo compulsivo por crianças e adolescentes.

Apesar da confusão na utilização dos termos, fica claro que a pedofilia é uma doença, um distúrbio, um desvio sexual e um pedófilo pode nunca ter praticado um crime sexual contra uma criança ou adolescente. O que pode ser considerado crime, são as consequências do comportamento do pedófilo. Já a pornografia, é um crime tipificado no artigo 241 do estatuto da Criança e do Adolescente.

Mais do que o abuso direto de crianças usadas para a sua elaboração, as quais sofrem danos físicos e emocionais, a pornografia infantil em veiculação de massa atua como estímulo erótico gerador de maior demanda pedófila no mercado sexual, alimentando o ciclo de exploração sexual

comercial. O site censura.com.br noticia a existência de um comércio onde fotos e vídeos de crianças são vendidos e chegam a movimentar U\$S 5 bilhões por ano no mundo. Informa ainda que, conforme dados de uma pesquisa realizada nos EUA, de cada 5 crianças que navegam na internet, uma recebeu proposta de um pedófilo, e uma a cada 33 já se comunicou, através de telefone e recebeu dinheiro ou passagem para se encontrar com um criminoso.

O Relatório do ano de 2009 da ONG italiana Telefono Arcobaleno sobre a pedofilia, afirma que esta aumentou em 16,5% em relação ao ano de 2008, sendo criados 135 novos sites de pornografia na Internet por dia. Este é o quadro que emergiu a partir do "14º Relatório Anual sobre Pornografia on line" divulgado pela Telefono Arcobaleno (Observatório Internacional), em 2009.

Ainda de acordo com a ONG italiana, a pornografia online envolve crianças cada vez menores, apenas 1% das quais são identificadas, contudo, não existem dados efetivos sobre este mercado virtual, que realmente explora as fotos e filmes de abusos e atos de violência reais. Apenas um site de pornografia gera mais de 100 mil clientes - dos quais 60% são europeus. Do ponto de vista geográfico, a Europa e os Estados Unidos são os líderes em termos de difusão e consumo de matérias de pornografia infantil.

Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Rússia, Chipre, Canadá, Hungria, Suíça, Espanha e Tailândia estão no gráfico de posições como os dez países que mais hospedam os sites denunciados.

Em 2007, a Polícia Federal deflagrou a primeira grande operação de combate à pornografia na internet originada no Brasil, a Carrossel 1. Depois de rastrear por seis meses a troca de arquivos pornográficos na rede, a PF obteve 103 mandados de busca e apreensão em catorze estados, mais o Distrito Federal. Um sucesso em termos de alcance e um fiasco do ponto de vista do número de presos: apenas três. Isso ocorreu porque, até então, só se podia prender em flagrante quem estivesse enviando ou recebendo arquivos ilegais no momento em que fosse abordado pela polícia. A posse de material pornográfico infantil não era crime. Hoje é. Além disso, as penas para quem produz, distribui, arquiva e vende material ilegal podem ser aplicadas de forma cumulativa: quem alicia uma criança para participar de um vídeo pornográfico, produz, guarda e vende o material, por exemplo, pode pegar de 20 a 40 anos de prisão (Revista Veja, edição 2105, março/2009).

Apesar da empresa Google (responsável também pelo Orkut) ter assinado um termo de ajustamento de conduta com Ministério Público Federal do Estado de São Paulo, em 2008, para a criação de ferramentas de bloqueio a páginas que contenham material pornográfico com crianças e adolescentes, ainda foram encontrados, pela CPI do Senado que investiga casos de pedofilia, conteúdos, desse tipo em mais de 1,2 mil vídeos no *YouTube*, comprado pelo provedor.

Quando foi acertado com representantes da Google a assinatura do termo de ajustamento de conduta, a empresa requereu prazo de um ano para criar as ferramentas necessárias, com o objetivo

de coibir o acesso a materiais de pornografia infantil, contudo, o que se verifica, é que as ferramentas implementadas não são suficientes para impedir a prática.

Na ocorrência da exploração sexual comercial, não são apenas as crianças e adolescentes que são agredidas, mas toda a coletividade.

A vida em sociedade implica a obediência e respeito aos direitos alheios. Todo indivíduo, portanto, tem o dever de não praticar atos nocivos, danosos ou prejudiciais a outro indivíduo, dos quais resultem ou possam resultar-lhes prejuízos. Cada indivíduo tem sua carga de valores, e a comunidade, por ser um conjunto de indivíduos, tem sua dimensão ética. O sentimento de desprezo e a inquietude gerados pelos danos coletivos acarretam uma lesão moral que deve ser reparada coletivamente.

Para Medeiros Neto (2004), a ideia e o reconhecimento do dano moral coletivo, bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema de responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restrito ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade e que refletem a dignidade de seus membros.

É grande o sentimento de indignação causado na coletividade, quando esta toma conhecimento de que crianças e adolescentes estão sendo vítimas de atos de exploração sexual comercial, em qualquer de suas modalidades, e, principalmente em um meio de grande difusão como a internet.

Toda a sociedade sente-se agredida e aviltada, ao ver profanada a inocência de suas crianças, sendo atingida em um de seus valores mais íntimos: a integridade moral daqueles seres que representam o futuro de uma nação.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes leva estes seres, ainda em formação, à total degradação, desrespeitando o princípio da dignidade da pessoa humana e ferindo sua dignidade pessoal, valor este que representa uma fonte elevada de satisfação espiritual para todo ser humano e que se encontra albergado no seio social e coletivo.

Não há como negar, então, que o dano moral emergente da conduta não se restringe às pessoas envolvidas, mas a toda coletividade, haja vista que a ordem jurídica transgredida importa em desprezo da sociedade em que estão inseridos os cidadãos e, embora atinja um determinado grupo, causa um descompasso social que retira o sossego e a paz de toda a coletividade, que espera realmente do sistema jurídico uma resposta eficaz que combata e previna o dano a ela causado.

É indiscutível que o valor da indenização pelos danos morais coletivos, representada em dinheiro, não tem a mesma função reparadora, própria da indenização por danos materiais, já que

não se direciona à vítima. Mesmo não sendo possível aferir o valor que corresponda a um perfeito pagamento dos danos sofridos pela coletividade, a reparação sempre será considerada como uma forma de compensação ou mesmo uma pena indenizatória, para conter a ação lesiva do agente causador.

Assim, um valor considerado excessivamente elevado para o caso concreto deve ser visto como razoável, para alertar não só ao causador do dano, mas a todos os demais causadores potenciais do mesmo dano, que tais comportamentos são inadmissíveis perante o Direito.

É imperioso, portanto, fazer o infrator apreender, pela sanção imposta, a força da reprovação social e os efeitos deletérios decorrentes de sua conduta.

Afirma o artigo 127 da Constituição Federal: “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Considerado o guardião da sociedade, cabe ao MP ingressar com a ação civil pública (Lei nº 7347/85) que corresponde a um instrumento constitucional vocacionado à proteção dos direitos fundamentais de dimensão coletiva, sem restrição à área de sua manifestação, quando ameaçados ou lesados, tornando-se uma destacada via processual de concretização do princípio de acesso à justiça, constituindo-se no instrumento de maior relevância na seara dos interesses transindividuais, ou seja, daqueles interesses relacionados a um grupo, categoria ou coletividade de pessoas. Esta tornou-se o principal instrumento processual utilizado pelo *parquet*, por se prestar, por excelência, à defesa dos valores coletivos em geral, na hipótese de ocorrência de danos causados à sociedade e, especialmente, de dano moral coletivo, inclusive em se tratando de dano moral coletivo decorrente da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No que concerne à destinação da parcela pecuniária correspondente à reparação do dano moral coletivo, de acordo com o artigo 13 da mencionada lei, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

Na reparação do dano moral coletivo, o direcionamento da parcela pecuniária ao Fundo é de importância indiscutível, por apresentar lesão dispersa no âmbito da coletividade. Deve-se ter em conta que a reparação em dinheiro não visa a reconstituir um bem material passível de quantificação, e sim oferecer compensação diante da lesão a bens de natureza imaterial sem equivalência econômica e sancionamento exemplar ao ofensor.

O número de casos e pessoas envolvidas nos casos de exploração sexual comercial e, principalmente, em casos de pornografia via internet, aumenta assustadoramente, sendo

imprescindível, portanto, que sejam tomadas medidas enérgicas com a finalidade maior de desestimular tanto os que já atuam, quanto os que pretendem se envolver com esse tipo de atividade.

As indenizações, fruto da reparação do dano moral coletivo, por se referir a interesses transindividuais da mais alta relevância para a sociedade, prestam-se, em grande escala, a desarticular o esquema de pessoas e, até mesmo de empresas envolvidas no esquema.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 9.008/95, os recursos arrecadados deverão ser aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos e científico e também na edição de material informativo, especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relacionadas às áreas atingidas.

É de fundamental importância que o Juiz arbitre um valor, valendo-se do bom senso e proporcionalidade, levando em conta, para a sua quantificação, a extensão da conduta praticada contra a criança ou adolescente, a repercussão, a situação econômica dos ofensores, a intensidade do efeito negativo do dano infligido à coletividade, a gravidade das consequências geradas, tudo isso, tendo como norte, a questão do caráter compensatório e, sobretudo, do preventivo-pedagógico.

Não se pode olvidar que, em determinados casos de ocorrência de dano moral coletivo, o ofensor pode apresentar situação patrimonial desfavorável, impossibilitando, por consequência, efetivar-se a reparação pecuniária fruto de condenação judicial oriunda de ação coletiva, por absoluta ausência de bens passíveis de execução.

Nada impede, assim, na ausência de idoneidade patrimonial do lesante, que a reparação do dano moral coletivo incida sobre a sua esfera pessoal por meio da imposição, na sentença ou, posteriormente, em sede de execução, de cominações ou sanções em obrigações de fazer ou não fazer e no cerceamento de alguns direitos.

Caberá, então, ao prudente arbítrio do Juiz, a partir do que for requerido pelo ente legitimado na ação ajuizada e das circunstâncias reveladas no caso concreto, estabelecer a melhor forma de reparação, de acordo com o que cada situação exigir, sempre de maneira a traduzir, o máximo possível, a dupla função da reparação do dano moral, especialmente em sede de interesses transindividuais, sancionar o lesante e oferecer uma compensação à coletividade em face da lesão sofrida.

A morosidade da justiça penal e o excesso de benefícios concedidos aos réus gera na coletividade o sentimento de impunidade e de injustiça, por acreditarem seus membros que os responsáveis por tão abomináveis práticas podem ficar isentos de sofrerem qualquer sanção.

O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba proferiu, em junho de 2010, um acórdão inédito

no Brasil, reconhecendo a competência dessa justiça especializada para processar e julgar a Ação Civil Pública com pedido de dano moral coletivo, condenando 11 pessoas pela exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, essa se dando na modalidade de prostituição.

Diante desse novo contexto que surge no âmbito da justiça brasileira, a sociedade espera a disseminação do exemplo dado pela justiça trabalhista paraibana, aguardando que haja, por parte dos demais tribunais brasileiros, o reconhecimento do instituto do dano moral coletivo decorrente da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, e da necessidade de sua efetiva reparação, pela Justiça do Trabalho, principalmente com o desenvolvimento do turismo e com o crescimento do número de usuários da internet, contribuindo, assim, para que essas condutas não venham a se multiplicar no seio da coletividade, causando tão graves desequilíbrios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 9 de outubro de 2010.

_____, **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Lei da Ação Civil Pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm. Acesso em 9 de outubro de 2010. 09/10/2010.

_____, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm. Acesso em 9 de outubro de 2010.

_____, **Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9008.htm. Acesso em 9 de outubro de 2010.

CHILDHOOD. **Navegar com segurança**: protegendo seus filhos da pedofilia e da pornografia infanto-juvenil na internet. 2006. Disponível em <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2008/11/Navegar-com-Seguran%C3%A7a-2008-1.pdf>. Acesso em 6 de outubro de 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Indicadores de violência intra-familiar e Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**: relatório final da oficina. Brasília: CECRIA, 1998.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Menino, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final - Brasil**. Brasília, CECRIA, 1999.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas,

relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano Moral Coletivo**. São Paulo: LTR, 2004.

OIT-IPEC. **A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na legislação brasileira: lacunas e recomendações**. 2002. Disponível em http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/a_exploracao_sexual_comercial.pdf. Acesso em 6 de outubro de 2010.

PESTRAF. **Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial: Relatório Nacional**. Brasília: CECRIA, 2002.

SAFERNET Brasil. **Relatório alunos Paraíba 2009**. Disponível em http://www.safernet.org.br/site/prevencao/pesquisas_. Acesso em 5 de outubro de 2010.

TELEFONO ARCOBALENO. **14th, Annual Report: against on line child abuse and sexual exploitation**. 2009. Disponível em http://www.telefonoarcobaleno.org/report2009-eng_web.pdf. Acesso em 6 de outubro de 2010.